

Intervenção do Eurodeputado **Joel Hasse Ferreira**
20.04.09

Assembleia da República, Lisboa

“O Futuro da Política Europeia de Coesão”

Painel I “Prioridades e Objectivos numa década de desenvolvimento regional”

A Europa precisa de uma política de coesão forte depois de 2013

A **Política de Coesão** deve ser encarada como **elemento central** do **processo de construção da União Europeia**. É um dos **pilares** da **concretização do projecto europeu**.

A **política de coesão** está consagrada no **artigo 158.º do Tratado CE**, que estipula que a **Comunidade tem como objectivo promover um desenvolvimento** harmonioso e que com este objectivo estimula e prossegue o seu projecto no sentido de reforçar a sua coesão económica e social.

Desde logo, em **contexto de crise económica**, os principais instrumentos da União Europeia devem posicionar-se como **verdadeiras ferramentas de eficiência global**. A expectativa é grande para saber como serão equacionados os mais variados programas e os impactos que estes terão no **trinómio crescimento económico, qualificação dos recursos humanos e sustentabilidade dos recursos territoriais**.

O projecto europeu estabelece como sendo um dos seus objectivos centrais a política de coesão económica e social, e as **políticas de coesão** assumem-se como instrumentos privilegiado para a realização desse objectivo, estimulando o

desenvolvimento equilibrado dos 27 Estados-Membros e das 268 regiões, quer seja na redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento quer seja ao nível da coesão social, pelo estímulo que foi e é dado pela criação de oportunidades em todo o território.

A política de coesão económica e social da União Europeia confronta-se com vários **problemas e desafios**. No entanto, a eficácia e o impacto destes **instrumentos** são **indispensáveis** para a **criação de emprego**; bem como para o **aprofundamento de novos métodos**, como a **noção de parceria**, enquanto **lógica de boa governança**.

Na lógica das actuações da Comissão Europeia e das recomendações do Parlamento Europeu, é cada vez mais **importante atribuir à política de coesão uma dimensão territorial**, para além da **dimensão económica e social**, uma vez que, dos progressos alcançados, continua a haver **disparidades** entre **regiões** e estão a **aumentar os problemas estruturais** no interior de muitas regiões. Um dos **desafios** colocados à governação europeia, é **preciso apoiar, prioritariamente, as regiões economicamente mais desfavorecidas**. Mas para ter êxito e ser relevante para todos, a **política terá de contemplar todas as regiões europeias**. O **principal desafio é acelerar a convergência das regiões menos desfavorecidas**, e mais concretamente a integração dos novos Estados-Membros. É de **prioridade maximal identificar as dificuldades infra-estruturais e adoptar as respostas mais adequadas para a resolução dos problemas**, apoiados com um **permanente rigor e monitorização estratégica e avaliações ongoing**. Uma vez que a

política de coesão visa **consolidar a coesão económica, social e territorial**, e nessa continuidade, consideramos que a **integração das políticas sectoriais e de coesão**, são ainda insuficientes e que é necessária uma abordagem mais integrada, implicando **uma definição de objectivos horizontais, para harmonizar** antes de mais o desenvolvimento da agricultura, do ambiente, da energia e dos transportes.

Aliás, **no contexto actual de disrupção verifica-se** que é desejável uma **permanente interligação e concentração em projectos de ligação em rede e projectos de clusters** independentes de delimitações regionais. Defendemos que os **objectivos da coesão e do crescimento** devem ser compatíveis entre si, uma vez que se trata de **duas metas intimamente ligadas**.

Ainda nesta dimensão, importa reflectir sobre os **impactos da política coesão**. Segundo o seminário realizado em Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, a propósito da avaliação e da monitorização da aplicação dos fundos das políticas de coesão (**do Qren - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 - 2013^{1]} em Portugal**, foi reiterado as seguintes orientações estruturantes:

- **Prioridade à concentração** num pequeno número de Programas Operacionais, assegurada através da sua estruturação temática e da respectiva dimensão financeira;

¹ Estes princípios estão referenciados no livro de apoio ao Seminário **“Seminário do Observatório do QREN - Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN – novas perspectivas e desafios**, Lisboa 17 de Abril de 2009, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

- **Garantia da selectividade** nos investimentos e acções de desenvolvimento a financiar, concretizada por critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas;
- **Maximização da viabilidade** económica e da sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público;
- **Prossecução da coesão e valorização territoriais**, potenciando os factores de desenvolvimento científico e tecnológico, de progresso económico, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado.
- **Exercício** consistente da **gestão e monitorização estratégica** das intervenções.

Assumindo como referencial político que responsabiliza a política de coesão económica e social pela **redução de disparidades** entre os níveis de **desenvolvimento das regiões**, a política **regional comunitária para 2007 - 2013** privilegia os seus **contributos para o crescimento, para a competitividade e para o emprego**.

Ainda no quadro das prioridades da política europeia de coesão, é necessário criar **novos e inovadores instrumentos de engenharia financeira** (como por exemplo, os fundos renováveis), recordando que o **princípio de co-financiamento** é um instrumento comprovado para preservar **o valor acrescentado da política da coesão**.

Numa lógica da criação de um **“Espaço Público Europeu”**, tal como sugerido pelo sociólogo alemão Habermas, deverão ser

estimuladas **plataformas mais eficazes para informar os cidadãos** europeus sobre os **benefícios e resultados** da política de coesão.

Para o sucesso das políticas de coesão, é necessário **estimular uma forte parceria entre todos os níveis de governo**, envolvendo cada vez mais as **autarquias locais e regionais em todas fases**, desde a **definição de projectos** até à **avaliação** dos programas, **agilizando** os diversos **processos administrativos**. Aliás, o **exercício comprovado das intermunicipalidades** posto em marcha pelo governo socialista, comprova os benefícios deste tipo de estratégia de parceria e de envolvimento de principais actores.

É necessário realçar ainda a **importância da cooperação territorial** para todas as **dimensões da política de coesão**, em termos de **valor acrescentado** e de **visibilidade**. É sublinha-se que se deve **preconiza o reforço da dimensão urbana da política de coesão**, uma vez que as áreas urbanas são **o principal motor crescimento económico** mas **acusam** também grandes **disparidades económicas, desigualdades sociais, e isolamento cultural**.

É ainda necessário considerar que a União Europeia deve **reconhecer e reforçar a dimensão territorial da política de coesão**, a fim de permitir um desenvolvimento económico e social não só equilibrado e sustentável entre as regiões, mas também **policêntrico e harmonioso em cada região**.

Consideramos também **que para promover a inserção e a solidariedade, a política de coesão deve continuar a concentrar-se na convergência económica e social**, em vez de tentar abranger demasiados objectivos, por vezes díspares e incompatíveis. Realçámos que a política de coesão só poderá dar um **contributo significativo ao reforço da convergência económica e social se dispuser dos meios e recursos adequados [as dotações anuais têm sido manifestamente insuficientes]** e se enfrentar as pressões para a contenção da despesa provenientes de um contexto da **crise mundial financeira**, contexto que **aumenta a necessidade de aplicar com mais vigor as políticas de coesão**.

É necessário apelar à aplicação de novos instrumentos financeiros que fomentem de maneira mais eficaz e simples os investimentos sobretudo nas regiões que necessitam de reestruturação e inovação, nomeadamente para consolidar o papel e o desenvolvimento das PME...

- **Política de Coesão**
- **Prioridades e objectivos numa nova década de Desenvolvimento Regional**
- **Actuais e futuros desígnios estratégicos**
- **A qualificação dos recursos e o desenvolvimento**
- **A coesão europeia, as políticas industriais e a Directiva dos Serviços**
- **O novo paradigma, superador da crise ou nela nascido**
- **A ausência de governação económica europeia**

- **A insuficiência de coordenação de estratégias sociais na União Europeia**
- **O peso do pensamento e das matrizes ideológicas neo-liberais na Comissão Europeia**
- **A revisão das perspectivas financeiras em 2010**
- **Um Orçamento a sério ou o bloqueio pelo “Clube dos Países Ricos”**
- **As Perspectivas Financeiras 2014–2020**
- **Uma Europa socialmente coesa ou a “sopa dos pobres”**
- **Que exemplo para o mundo, que abertura ao mundo?**